



Número: **0800526-38.2020.8.18.0136**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Teresina Sul 1 Anexo I Bela Vista**

Última distribuição : **15/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 23.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
TEREZA VIEIRA CARDOSO (AUTOR)		JULIANA SOUSA DE ARAUJO MELO (ADVOGADO) VANESSA ROSANA MORAIS ARAGAO SILVA (ADVOGADO) LILIANNI CAVALCANTE OLIVEIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8364389	15/02/2020 18:44	<a href="#">petição de dpvat- TEREZA</a>	Petição

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO  
JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE TERESINA-PI

**TEREZA VIEIRA CARDOSO NERY**, brasileira, casada, portador da Identidade sobre o n. 596.713 SSP-CE, CPF de nº.348.096.003-00, residente e domiciliado nesta capital, Teresina -PI, na rua Huberto de Campos n. 6030, bairro Lourival Parente, cep: por seu bastante procurador e advogado “in fine” assinado, legalmente constituído na forma definida pela procuração , em anexo, com endereço profissional na rua Tibério Nunes nº 1249, cep 64014-050, bairro ilhotas, onde recebe citações e intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através do Procedimento Sumário, art. 275, do Código de Processo Civil, e com fulcro na Lei nº 6.194/74, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO– DPVAT  
c/c DANOS MORAIS**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua da Assembleia, nº 100 – 26º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, cep: 20.270-971, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

**DA JUSTIÇA GRATUITA**



Requer à V. Ex<sup>a</sup>. seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

### **DA SITUAÇÃO FÁTICA**

A requerente no dia 18 de outubro de 2017 as 22:00 horas na Rua Nogueira Aciloli com a Rua Tenente Benevolo, bairro Praia de Iracema no município de Fortaleza/Ce, encontrava-se dentro de um carro de Uber de placas não anotadas, como passageira o motorista não identificado avançou a preferencial, vindo a ocasionar a colisão com outro veículo uber em que estava a requerente, após o impacto, a requerente ficou bastante lesionada, o causador do acidente permaneceu no local, a requerente foi socorrida pelo SAMU e foi levada para o atendimento no IJF/centro que permaneceu até a sua completa recuperação a requerente teve um corte frontal na cabeça trauma corto-contuso no crânio, de natureza grave, onde foi necessário pontuar, sofreu uma colisão que deixou incapacitado para seu labor, ocorre que a requerente entrou com pedido de reparação de danos pela via administrativa nº do processo 31902766633 e no dia 23 de outubro de 2019 recebeu a negativa devido ela não ter apresentado a declaração de ausência do laudo do IML, requer que seja reparado os danos causados, o DPVT, não lhe indenizou.

### **DO DIREITO**

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I” nestes termos: Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não. Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:



I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT - INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIAÇÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01,



proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Desse modo, recorreremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

X - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização por dano material ou moral decorrente de sua violação.

Sobre a responsabilidade de reparar o dano causado a outrem, Luis Chacon diz que:

(...) o dever jurídico de reparar o dano é proveniente da força legal, da lei. Esse dever jurídico tem origem, historicamente, na idéia de culpa, no responder de do direito romano, tornando possível que a vítima de ato danoso culposo praticado por alguém pudesse exigir desse a reparação dos prejuízos sofridos. Obviamente que se a reparação não for espontaneamente prática será possível o exercício do direito de crédito, reconhecido por sentença em processo de conhecimento, através da coação estatal que atingirá o patrimônio do devedor causador dos danos. (CHACON, Luis Fernando Rabelo. São Paulo : Saraiva, 2009)

Conforme os artigos 186 e 927, “caput” do atual Código Civil Brasileiro:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.



É também entendimento do nosso tribunal que o laudo do IML é documento dispensável quando podem ser comprovados através de outros meios:

APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO ART. 267, I CPC. NÃO OBRIGATORIEDADE. APELO PROVIDO. RETORNO AOS AUTOS DE ORIGEM. 1.O Juiz a quo proferiu sentença sem resolução do mérito, com supedâneo no art. 267, inciso, I do Código de Processo Civil, ante a ausência de emenda, para juntada do laudo do IML. 2. Compulsando os autos, verifica-se o ora apelante apresentou informações aduzindo que não possui IML na comarca em que reside, a presença de demais documentos que comprovam o acidente e o dano. 3 O autor apresentou pedido de continuidade do feito, ante a não obrigatoriedade de juntada do laudo do IML e inexistência do IML no Município. 4 O laudo do Instituto Médico Legal - IML não é documento indispensável para a propositura da ação de complementação de indenização decorrente de seguro DPVAT, porquanto a invalidez permanente e o seu grau podem ser comprovados através de outros meios de prova, tais como atestados médicos e laudos hospitalares. 5 Ressalte-se que o despacho hostilizado, determinar a complementação da documentação o apelante aduziu a não necessidade de juntada do mesmo e apresentou justificativa, não tendo se mantido inerte. 6 Nesse contexto, cabe ressaltar a impossibilidade de julgamento do mérito da ação originária (aplicação da causa madura), considerando que o processo não passou pela fase de dilação probatória, não se encontrando em condição para tanto (art. 1.013, §3º do NCPC). 7 Ante o exposto, conheço do recurso, para, dar-lhe provimento, para que a sentença seja anulada devendo os autos retornarem ao juízo a quo, para o regular prosseguimento do feito.

(TJPI | Apelação Cível Nº 2017.0001.002004-7 | Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa | 3ª Câmara Especializada Cível | Data de Julgamento: 12/09/2018 )

APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO ART. 267, I CPC. NÃO OBRIGATORIEDADE. APELO PROVIDO. RETORNO AOS AUTOS DE ORIGEM. 1.O Juiz a quo proferiu sentença sem resolução do mérito, com supedâneo no art. 267, inciso, I do Código de Processo Civil, ante a ausência de emenda, para juntada do laudo do IML. 2. Compulsando os autos, verifica-se o ora apelante apresentou informações aduzindo que não possui IML na comarca em que reside, a presença de demais documentos que comprovam o acidente e o dano. 3 O autor apresentou pedido de continuidade do feito, ante a não obrigatoriedade de juntada do laudo do IML e inexistência do IML no Município. 4 O laudo do Instituto Médico Legal - IML não é documento indispensável para a propositura da ação de complementação de indenização decorrente de seguro DPVAT, porquanto a invalidez permanente e o seu grau podem ser comprovados através de outros meios de prova, tais como atestados médicos e laudos hospitalares. 5 Ressalte-se que o despacho hostilizado, determinar a complementação da documentação o apelante aduziu a não necessidade de juntada do mesmo e apresentou



justificativa, não tendo se mantido inerte.<sup>6</sup> Nesse contexto, cabe ressaltar a impossibilidade de julgamento do mérito da ação originária (aplicação da causa madura), considerando que o processo não passou pela fase de dilação probatória, não se encontrando em condição para tanto (art. 1.013, §3º do NCPC).<sup>7</sup> Ante o exposto, conheço do recurso, para, dar-lhe provimento, para que a sentença seja anulada devendo os autos retornarem ao juízo a quo, para o regular prosseguimento do feito.

(TJPI | Apelação Cível Nº 2017.0001.001860-0 | Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa | 3ª Câmara Especializada Cível | Data de Julgamento: 19/09/2018 )

Nesse sentindo é plenamente cabível a autora o direito a indenização do seguro DPVAT, tendo em vista que a mesma teve sua negativa na via administrativa por ausência do laudo do IML, sendo assim conforme entendimento já pacificado em nosso tribunal.

## **DO PEDIDO**

### **REQUER-SE:**

A) A citação do requerido, para que compareça à audiência previamente designada, (artigo 277-CPC), apresentando defesa caso queira, sob pena de revelia

B) prosseguindo-se nos ulteriores termos de Direito, para no final ser a ação julgada procedente com a condenação do requerido ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

C) Danos Morais a ser arbitrado por vossa excelência no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas processuais e honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais.

D) Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser o requerente de pessoa pobre nos termos da Lei nº. 1060/50.

Protesta provar o alegado através de todos os meios de prova em Direito admitido, especialmente pelos documentos inclusos, e prova testemunhal.

Dá-se a causa o valor de R\$ 23.500,00 (Vinte três mil e quinhentos reais)

Nestes Termos,

Pede e Espera DEFERIMENTO.

Teresina-PI, 13 de Fevereiro de 2020.



**JULIANA SOUSA DE ARAÚJO MÉLO**

**OAB/PI 17.828**

**VANESSA ROSANA MORAIS ARAGÃO**

**OAB/PI 16.554**

JULIANA MELO  
ADVOCACIA E CONSULTORIA

